

VADE MECUM

Pequenos Negócios, Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social e Produtiva



1 - Normas Gerais da Redesim

- Constituição Federal (artigos 146, 170 e 179)
- Lei Complementar nº 123/2006 – Capítulo III
- Lei nº 11.598/2007 – Lei da Redesim
- Resolução nº 22/2010 – Comitê para a Gestão da Redesim (CGSIM)
- Resolução nº 25/2011 – CGSIM
- Resolução nº 35/2015 – CGSIM
- Resolução n. 48/2018 - Trata do MEI
- Resolução n. 51/2019 – Baixo Risco
- Resolução nº 140/2018 – Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) – Regras tributárias
- MP 881/19

2 - Gestão da REDESIM

- Inciso XIV do art. 132 e art. 134 do Decreto nº 9.745, de 2019 - Estrutura do Ministério da Economia – Competências da SGD e do DREI
- Decreto nº 9.927, de 22 de julho de 2019 - Dispõe sobre o CGSIM

3 - Registro de Empresas

- Lei 8.934, de 1994 - Lei de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins
- Decreto nº 1800, de 1996 - Decreto que regulamenta a Lei de Registro Público
- IN DREI nº 38, de 2016, Anexos - Manuais de Registro de empresários e sociedades

4 - Licenciamento contra incêndio e emergência

- Resolução nº 29/2012 – CGSIM – Classificação de Risco dos Bombeiros

5 - Licenciamento sanitário

- Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa (RDC) nº 49/2013 – inclusão produtiva com segurança sanitária para Microempreendedores Individuais, empreendimento familiar rural e empreendimento econômico solidário
- Cartilha: Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária: orientação para gestores de políticas públicas municipais e trabalhadores da vigilância sanitária
- Cartilha: Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária: orientação para empreendedores
- RDC Anvisa n. 153/2017 – Classificação de risco
- RDC Anvisa n. 207/2018 – Competência das Vigilâncias Sanitárias
- Instrução Normativa n. 16/2017 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- Instrução Normativa nº 16/2015 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Lei 13.680/2018 – Lei do Selo Arte – Comercialização de produtos de origem animal

6 - Licenciamento-ambiental

- Lei Complementar nº 140/2011 – cooperação entre os entes da federação para o meio ambiente
- Resolução Conama nº 001/1986
- Resolução Conama nº 237/1997

7 - Compras Públicas

- Constituição Federal (artigos 146, 170 e 179)
- Lei Complementar nº 123/2006 – Capítulo V
- Lei n. 8.666/93 – Lei de licitações
- Lei n. 11.947/09 – Institui o PNAE
- Decreto n. 8.538/15 – Regulamenta o tratamento diferenciado nas compras públicas no âmbito do Governo Federal

